

Ministério das Relações Exteriores**SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS****AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DE LEITE MATERNO"**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, assinado em 17 de dezembro de 1996;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área da saúde se reveste de especial interesse para as Partes ,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é estabelecer e implementar um banco de leite humano na Bolívia, desenvolvendo um processo contínuo de cooperação técnica para sua organização e seu funcionamento, convertendo-o em um centro de referência na Bolívia.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados alcançados no âmbito deste Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Bolívia designa:

a) o Vice-Ministério de Investimento Público e Financiamento Externo como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Saúde e Esportes como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na Bolívia as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo boliviano, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República da Bolívia, cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Bolívia.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes . Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes , por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer das Partes poderá notificar à outra, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado ou emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo XI

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia.

Feito em Brasília, em 12 de março de 2009, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

CELSO AMORIM

Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da República da Bolívia

DAVID CHOQUEHUANCA

Ministro das Relações Exteriores e Cultos

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA A CONSTITUIÇÃO DE MECANISMO DE COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo o desejo mútuo de avançar em direção a uma associação estratégica;

Tendo em conta o entendimento alcançado pelos Presidentes dos dois países, por ocasião de encontro fronteiriço em Puerto Suárez/Ladário, em 15 de janeiro de 2009, sobre a realização de encontros trimestrais para tratar da ampliação e do aprofundamento das relações bilaterais;

Reafirmando a importância de ampliar a cooperação bilateral para aprofundar a integração social, a integração energética, a integração física, o desenvolvimento fronteiriço, a complementação econômica, o intercâmbio comercial e de experiências e conhecimentos e a utilização sustentável dos recursos naturais, em contexto de respeito à harmonia entre o homem e a natureza;

Reconhecendo a crescente importância e diversificação dos temas que integram a agenda do relacionamento bilateral;

Considerando a conveniência de estabelecer-se um canal institucional de alto nível que acompanhe, de forma regular, a implementação dos entendimentos alcançados no âmbito do tratamento da agenda bilateral, e

Conscientes da necessidade de atualizar os termos do "Acordo, por troca de Notas, para Reformulação da Comissão Mista" e do "Acordo, por troca de Notas, para a Criação de um Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas", ambos de 13 de setembro de 1994,

Acordam o seguinte:

Artigo I

Fica estabelecido o Mecanismo de Coordenação e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia (doravante denominado "Mecanismo"), com os seguintes objetivos:

a) aprofundar o diálogo político sobre temas de interesse bilateral, regional e multilateral;

b) examinar, avaliar e estimular as ações de cooperação, orientando-as para o desenvolvimento de projetos de interesse mútuo;

c) elaborar recomendações e sugestões destinadas a melhorar as relações de cooperação, complementação e integração;

d) estabelecer as bases para uma programação conjunta de ações que promovam o desenvolvimento político, econômico, social e cultural de ambos os países, inclusive nas áreas fronteiriças; e, nesse sentido, orientar e acompanhar a execução de um Plano de Desenvolvimento Fronteiriço entre os dois países, e

e) velar pela aplicação e cumprimento das decisões adotadas por ambos os Governos por meio do exame dos resultados obtidos e da proposição de soluções aos problemas apresentados.

Artigo II

1. O Mecanismo será presidido pelos Ministros de Relações Exteriores de ambos países.

2. As reuniões do Mecanismo serão realizadas semestralmente. Em caso de impossibilidade, os Ministros de Relações Exteriores designarão representantes de alto nível para participar dos encontros.

3. As delegações para as reuniões do Mecanismo serão integradas por funcionários das respectivas Chancelarias e de outras instituições públicas ou privadas, de acordo com a agenda acordada para cada reunião.

4. As reuniões serão realizadas alternadamente nos respectivos países. As datas e lugares das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo III

Poderão ser criados Grupos de Trabalho Ad-Hoc para o tratamento de temas específicos. As conclusões a que chegarem esses Grupos serão examinadas pelos Ministros de Relações Exteriores.

Artigo IV

Os Presidentes dos dois países serão regularmente informados dos resultados das reuniões do Mecanismo.